



Faculdade de Educação
Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática
Licenciatura em Educação Ambiental

Monografia

**AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DE GUENGO NO MANEIO
DOS RECURSOS NATURAIS**

Ivanildo Luciano Bento Lauchane

Maputo, Abril de 2019

AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DE GUENGO NO MANEIO DOS RECURSOS NATURAIS

Monografia apresentada ao Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática
como requisito final para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação Ambiental

Ivanildo Luciano Bento Lauchane

Supervisor: Eng. Ercílio de Clarêncio Langa

Maputo, Abril de 2019

Declaração de originalidade

Esta monografia foi julgada suficiente como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Educação Ambiental e aprovada na sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Educação Ambiental, da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

Msc. Armindo Ernesto

(Director do curso de Educação Ambiental)

O Júri de Avaliação

O Presidente do Júri

O Examinador

O supervisor

Agradecimentos

Endereço em primeiro lugar os meus sinceros agradecimentos ao meu supervisor Eng. Ercílio de Clarêncio Langa pela abertura, disponibilidade e paciência no acompanhamento dispensados no decurso do trabalho.

Ao Prof. doutor Aguiar Baquete pelas intermináveis lições e sugestões durante o período de colecta de dados no terreno.

As estudantes Hortência Chambule e Sheila Cavel pela disponibilidade em ajudar-me na tradução da língua local no processo das entrevistas.

Ao corpo docente do curso de Licenciatura em Educação Ambiental, pela atenção, dedicação e acompanhamento ao longo dos 4 anos.

Aos drs. Meque Raul Samboco, Ivan de Amaral e Abu Artur Choe pela partilha de ideias e correcções no decurso da elaboração do trabalho.

Aos técnicos de campo da Reserva Especial de Maputo (Gil e Danício), o responsável do Departamento de Desenvolvimento Comunitário (dr. Tiago F. Nhazilo) pelo fornecimento de informação referente ao local de estudo e o chefe do Departamento de Biodiversidade e Conservação (dr. Cumbane).

A toda comunidade de Guengo por me ter acolhido calorosamente e ter mostrado abertura para a colecta de informação. Ao régulo Amosse Tembe pela hospitalidade.

Aos meus colegas Constantino Tenesse, Calton Domingos, Francisco Wate e Nilso Madade pela constante partilha de ideias, companheirismo e inesgotáveis momentos de aprendizagem e troca de experiências.

Finalmente a todos os que contribuíram directa ou indirectamente para a concretização deste trabalho, o meu muitíssimo obrigado!

Dedicatória

Dedico este trabalho em especial a minha mãe Isabel Novais pela força, pelo incentivo numa formação superior e por me ter ensinado a ser um homem digno. Ao meu tio Fernando Cantine de Sousa Mahumane (em memória) pelo apoio moral e partilha de lições de vida com vista a fazer de mim um homem com dignidade. A minha namorada Fernanda da Salvação Capitão pelo companheirismo nos momentos de angústia e desânimo.

Declaração de honra

Declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que a mesma constitui o resultado do meu labor individual, estando indicadas ao longo do texto e nas referências bibliográficas todas as fontes utilizadas.

Ivanildo Luciano Bento Lauchane

09.04.2019

Índice

Declaração de originalidade.....	i
Agradecimentos	ii
Dedicatória.....	iii
Declaração de honra.....	iv
Lista de Abreviaturas	vii
Resumo	viii
Abstract.....	ix
CAPITULO I – INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização.....	1
1.2. Formulação do problema	2
1.3. Objectivos da pesquisa.....	3
1.4. Perguntas de pesquisa	3
1.5. Justificativa	4
CAPITULO 2 – REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2.1. Comunidade	5
2.2. Participação comunitária.....	5
2.3. Maneio Comunitário de Recursos Naturais	7
2.4. Organização Comunitária para o MCRN.....	8
2.5. Actividades desenvolvidas no MCRN	9
2.6. Impacto do programa de Maneio para a Comunidade	10
CAPITULO 3 – METODOLOGIA	12
3.1. Descrição do local de estudo.....	12
3.2. Abordagem Metodológica.....	12
3.3. Amostragem.....	13
3.4. Técnicas de recolha e análise de dados	13
3.4.1. Técnicas de recolha de dados.....	13

3.4.2. Técnicas de análise de dados	13
3.5. Questões éticas.....	14
3.6. Limitações do estudo	14
4.1. Caracterização da organização da comunidade de Guengo	15
4.1.2. Actividades desenvolvidas na comunidade.....	17
4.1.3. Impacto dos programas de MCRN para a Comunidade.....	18
4.2. Discussão de dados	18
4.2.1. Plano de Educação Ambiental	21
CAPITULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	24
5.1. Conclusões	24
5.2. Recomendações.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
Apêndice A	29
Apêndice B	31

Lista de Abreviaturas

CGC – Conselho de Gestão Comunitária

COGEP – Conselho de Gestão Participativa

MCRN – Maneio Comunitário de Recursos Naturais

DNFFB – Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia

LFFB – Lei de Florestas e Fauna Bravia

REM – Reserva Especial de Maputo

PPF – Peace Park Foundation

Resumo

O presente estudo avalia a participação da comunidade de Guengo no maneiio dos recursos naturais. O estudo assumiu uma abordagem qualitativa que consistiu em analisar, interpretar e descrever as informações que caracterizam a complexidade do estudo. Quanto aos procedimentos técnicos trata-se de um estudo de campo, cujos instrumentos de recolha de dados foram as entrevistas estruturadas e a observação simples. A amostragem foi por conveniência ou por acessibilidade, tendo seleccionado 18 membros da comunidade (informantes) dos quais dois fazem parte da estrutura administrativa da comunidade nomeadamente o líder comunitário (régulo) e o secretário. Com o estudo constatou-se que a comunidade de Guengo está organizada em duas associações com enfoques distintos onde cada uma delas é representada por um membro da comunidade e as suas actividades tem suporte técnico dos agentes de campo da REM. Também constatou-se que estas associações não cumpriram com alguns preceitos preponderantes para que sejam devidamente reconhecidas legalmente e isso tem trazido implicações na questão do acesso aos benefícios. Associado a isto, observou-se também que a maioria dos indivíduos não estão filiados as associações da comunidade e duas motivações estão por detrás desta questão, nomeadamente a sazonalidade destes e o baixo rendimento individual. Constatou-se também que há predominância de reuniões comunitárias com carácter meramente unilateral onde os agentes de campo da REM e os financiadores dos projectos transmitem as informações a comunidade que simplesmente assume o papel de receptor passivo sem que exerça qualquer papel no processo de tomada de decisão. O estudo também mostrou que a comunidade ainda não se apropriou dos projectos devido a falta de alinhamento entre os objectivos dos mesmos e os seus anseios que se circunscrevem na melhoria das condições de vida. E por fim, observou-se que a comunidade não tem acesso a taxa dos 20% devido a razões que chamam a atenção para a organização desta com particular destaque para aspectos inerentes a abertura de conta bancária em nome da comunidade bem como o registo das associações no Posto Administrativo do Distrito.

Palavras-chave: Participação, Comunidade, Maneio Comunitário de Recursos Naturais

Abstract

The present study evaluates the participation of the Guengo community in the management of natural resources. The study assumed a qualitative approach that consisted in analyzing, interpreting and describing the information that characterizes the complexity of the study. As for the technical procedures, this is a field study, whose data collection instruments were the structured interviews and the simple observation. Sampling was for convenience or accessibility, selecting 18 community members (informants) of whom two are part of the community administrative structure namely the community leader (*régulo*) and the secretary. The study found that the community of Guengo is organized into two associations with distinct approaches where each one is represented by a member of the community and their activities have technical support from the REM field agents. It has also been found that these associations have not complied with some prevailing precepts so that they are legally recognized and this has had implications on the issue of access to benefits. Associated with this, it was also observed that most of the individuals are not affiliated with the community associations and two motivations are behind this question, namely the seasonality of these and the low individual income. It has also been found that there are predominantly unilateral community meetings where EMN field staff and project funders transmit the information to the community that simply assumes the role of a passive recipient without playing any role in the decision-making process. The study also showed that the community has not yet appropriated the projects due to the lack of alignment between the objectives of the projects and their aspirations that are limited to the improvement of living conditions. And finally, it was observed that the community does not have access to a 20% rate due to reasons that call attention to the organization of this one with particular emphasis on aspects inherent to the opening of bank account in the name of the community as well as the registration of associations at the District Administrative Post.

Keywords: Participation, Community, Community Resource Management

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

A participação comunitária começa a ganhar destaque nas últimas décadas do século XX com o despertar do interesse na necessidade de envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisões que inicialmente era tarefa incumbida ao Estado (Nhazilo, 2004).

Mushove (2001) afirma que instituições governamentais reconhecendo a sua incapacidade de realização efectiva da gestão dos recursos naturais sugerem alternativas vinculadas ao envolvimento das comunidades como actores indispensáveis no desenho de políticas para o manejo sustentável dos recursos naturais bem como a sua implementação e fiscalização como forma de garantir a partilha de custos e benefícios resultante destes.

Destas alternativas, surge o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN) que segundo Nhazilo (2004), foi adoptada em todo o mundo como *"movimento que consiste em pacotes, abordagens ou modelos diferentes cujo objectivo comum é aproveitar a oportunidade de cooperação que existe entre os diferentes intervenientes para que o Estado e as comunidades locais participem equitativamente na gestão dos recursos naturais"*. Matos (2011) considera que esta abordagem surge como uma forma de solucionar a problemática no uso dos recursos naturais, que em vários países se apresentava em fases avançadas de uma super exploração ou que se encontravam degradadas. Para o autor, a abordagem parte do princípio de que acesso aberto, sem nenhuma norma ou prática que regula o uso de recursos naturais era a principal causa da degradação dos recursos naturais existentes.

No contexto Moçambicano, Cossa (2004) refere que devido a fraca capacidade do Estado em controlar os recursos naturais especialmente em áreas de difícil acesso surge o primeiro programa de Maneio Comunitário de Recursos Naturais na província de Tete designado Tchuma-tchato que consistia essencialmente na conservação de recursos naturais com forte envolvimento da comunidade local como garante de utilização sustentável dos mesmos recursos.

Para Dista e Nhancale (2009), o MCRN foi uma estratégia adoptada pelo Governo como forma de melhorar condições de vida da comunidade rural, garantindo e assegurando a gestão participativa e sustentável dos recursos naturais bem como redução da pobreza. Nhantumbo (2004) refere que esta abordagem de gestão sustentável dos recursos naturais surge com a finalidade do desenvolvimento das comunidades rurais.

Entretanto, Siteo, Guedes e Siteo (2007) corroborando com Dista e Nhancale (2009) e Nhantumbo (2004), afirmam que com a introdução do MCRN as comunidades passam a ter um papel importante na definição dos actores a explorarem os recursos existentes nas “suas” terras e, com isso, usufruírem dos ganhos advindos dessa exploração.

Chipanga (2005) sustenta que as teorias que governam o MCRN colocam ênfase ao conceito de participação que é uma situação em que os intervenientes exercem o direito a palavra e controlo sobre os programas de desenvolvimento, decisões e recursos que lhes afectam. Entretanto, apesar do conceito de participação estar em moda em todos os projectos aplicados, constata-se que em muitos casos a participação das comunidades locais é limitada, isto é, sendo apenas uma formalidade e condição para a sua implementação. Nesse âmbito, Matos e Medeiros (2011) argumentam que a participação das comunidades locais na gestão dos recursos naturais de uma determinada área é tida apenas como uma cortina de fumaça para responder a certas demandas quer nacionais ou internacionais.

Portanto, partindo desse pressuposto, surge o tema "avaliação da participação da comunidade de Guengo no maneio dos recursos naturais" como forma de observância do envolvimento pleno da comunidade no maneio dos recursos florestais atendendo as suas necessidades básicas bem como os princípios de sustentabilidade local aliada a erradicação da pobreza.

1.2. Formulação do problema

Segundo Morisio (2015), o Distrito de Matutuíne abriga uma série de áreas de biodiversidade significativas, uma delas é o Corredor de Futi, uma área recentemente proclamada como protegida que forma uma ligação entre a Reserva Especial de Maputo de Moçambique e o Parque dos Elefantes de Thembe na África do Sul. Ademais, esta área e a floresta de Licuati foram identificadas como Áreas Únicas de Biodiversidade no hotspot Maputaland-Pondoland-Albany, não só devido à sua importância biológica, mas também devido aos seus níveis relativamente pobres de capacidade de gestão.

Entretanto, as comunidades que vivem na, ou em redor da floresta do Corredor de Futi (o caso da comunidade de Guengo) são muito pobres e dependem em grande medida dos recursos naturais desta área para o seu sustento e subsistência, de tal modo que o corte excessivo de árvores, produção de carvão vegetal, caça furtiva, incêndios no mato e interferência de aglomerados humanos, entre outras causas, são responsáveis pelo empobrecimento progressivo e permanente da biodiversidade única da área.

Neste âmbito, de acordo com as fontes da administração da REM, a comunidade de Guengo beneficiou de alguns projectos de manejo comunitário, nomeadamente “agricultura sustentável, abastecimento de água e apicultura” ambos com vista a desviar e minimizar a dependência desta comunidade pelos recursos naturais pertencentes a Reserva.

Assim, partindo do pressuposto de que o sucesso do manejo comunitário depende em grande medida da participação da comunidade na sua plenitude como requisito imprescindível na garantia da sustentabilidade dos recursos que são alvo do programa de manejo (Macucule, 2006), e a força activa e promotora deste processo é a comunidade devidamente organizada (António, 2001), surge a necessidade de avaliar que modo a comunidade de Guengo participa no Maneio dos Recursos Naturais sob ponto de vista da sua organização tendo em conta que estes programas encontram-se na sua fase embrionária.

1.3. Objectivos da pesquisa

Geral

- Avaliar a Participação da Comunidade de Guengo no Maneio de Recursos Naturais

Específicos

- Descrever a organização da comunidade de Guengo;
- Identificar as actividades desenvolvidas na comunidade;
- Analisar o impacto do programa de manejo para a comunidade;
- Desenhar uma estratégia de educação ambiental para a participação efectiva da comunidade de Guengo na gestão dos recursos naturais.

1.4. Perguntas de pesquisa

Para o alcance dos objectivos de estudo foram elaboradas as seguintes perguntas de pesquisa:

- Como a comunidade de Guengo está organizada?
- Quais são as actividades desenvolvidas na comunidade?
- Que impacto tem os programas de manejo para a comunidade?
- Qual é a estratégia de EA a adoptar para que haja a participação efectiva da comunidade?

1.5. Justificativa

Avaliar a participação da comunidade de Guengo no Maneio dos Recursos Naturais pode contribuir na percepção dos aspectos relacionados a melhoria das condições de vida da comunidade, assegurando a gestão participativa e sustentável dos recursos naturais com vista à redução da pobreza tal como referem Siteo et al. (2007).

Domingos (2015) reitera o facto de mais de 60% da população moçambicana viver nas zonas rurais onde se localizam as áreas naturais, sendo estas suas fontes principais de sobrevivência cujo uso sustentável pode melhorar as condições de vida das comunidades locais, mas que o inverso pode ser fonte de pauperização e conseqüente pressão para com o Estado no sentido de ver garantida a sobrevivência das mesmas.

De igual modo, o estudo desta temática na área de estudo em destaque irá proporcionar uma oportunidade de avaliar alguns factores que condicionam o sucesso e o insucesso dos programas de MCRN dentre os quais destacam-se a devolução do benefícios para a comunidade, a homogeneidade da comunidade e o acesso aos benefícios (Siteo et al., 2007, Nhantumbo e Mcqueen, 2003 e Macucule 2006) e tendo em conta a realidade do local de estudo empreender acções que assegurem o envolvimento pleno da comunidade. O estudo pode fomentar discussões que possam aumentar as possibilidades da ciência produzir novos conhecimentos sobre participação comunitária no maneio de recursos naturais bem como noutras áreas do saber através de pesquisas subseqüentes (Faluço, 2016).

Hachikela (2003) refere que para o alcance das três formas de sustentabilidade (social, económica e ecológica) é crucial que a comunidade participe. Portanto, para que essa participação seja efectiva torna-se necessário que a comunidade esteja consciencializada e este papel é fundamentalmente incumbido a Educação Ambiental.

CAPITULO 2 – REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo irá debruçar-se sobre os conceitos básicos que irão nortear o tema em pesquisa, dos quais destacam-se a participação comunitária, comunidade, manejo comunitário de recursos naturais e recursos florestais.

2.1. Comunidade

O termo comunidade é considerado por alguns autores como sendo de carácter polissémico, razão pela qual tem suscitado diferentes discussões no âmbito académico. Neste âmbito, Mussane (2002) vê a comunidade como variável dependente da estrutura social, ou seja, a dimensão experimental da "comunidade" depende da dimensão estrutural, o sentimento de pertença a uma comunidade a qual fundamenta-se directamente nas relações sociais específicas.

Por sua vez, o Decreto n.º 54/2015 (regulamento sobre o processo de Avaliação do Impacto Ambiental), define comunidade como um agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios (locais) de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão.

Macucule (2006) refere que para se considerar comunidade é necessário que haja um grupo de indivíduos que de uma certa forma tem interesses comuns dentro de uma determinada área. O mesmo autor refere que a definição da "comunidade" é unânime na legislação moçambicana, especificamente no Glossário da Lei n.º 4/2004, de 17 de Junho – Lei do Turismo; art. 104 do Decreto n.º 11/2005, de 10 de Junho – Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado; n.º 1 do art.1 do Decreto n.º 1 do art.1 do Diploma Ministerial n.º 80/2004, de 14 de Maio; n.º 5 do art. 1 da LFFB, etc.

Entretanto, a pesquisa irá ser norteadada pelo conceito da FAO (1999), a qual define a comunidade como um grupo de pessoas que vivem na mesma área e que muitas vezes partilha os mesmos interesses, objectivos, regras sociais ou familiares.

2.2. Participação comunitária

O termo "participação comunitária" pressupõe o envolvimento e colaboração dos indivíduos que fazem parte do tecido comunitário em diferentes actividades, quer de carácter económico ou scóio-político. Para Mussane (2002), este envolvimento deve assumir um conjunto de valores que incorpora o quotidiano das acções da colectividade.

Segundo Paulilo (S/D) este conceito vem sendo defendido por diferentes governos como uma estratégia para enfrentar as mais diversas situações. No entanto, não existe um consenso claro sobre o significado da participação. A conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo contraditórias interpretações sobre seus possíveis significados.

Para Paulilo (S/D), apesar da diversidade de interpretações, uma distinção importante pode ser feita entre aqueles que identificam participação como um meio (geralmente torna-se uma forma de mobilização que visa um determinado objectivo) e aqueles que identificam como um fim (o objectivo não é algo fixo e quantificável mas um processo cujo resultado é uma crescente e significativa participação no processo de desenvolvimento). Para o presente trabalho, seguir-se-á a concepção da participação como um meio de mobilização que visa o alcance de um determinado objectivo.

Neste contexto, Macucule (2006) define a participação comunitária como sendo o envolvimento dos diferentes agentes no processo de tomada de decisão e este envolvimento poderá ser alcançado através do envolvimento voluntário e activo dos membros de uma comunidade.

Para a presente pesquisa, adoptar-se-á a definição de Mussane (2002) a qual concebe a participação comunitária como *"a criação de oportunidades pela qual os membros de uma comunidade ou sociedade contribuem e influenciam o seu processo de desenvolvimento"*. Sob ponto de vista de desenvolvimento comunitário, o autor concebe a participação como a incorporação e uso de conhecimentos locais prevaletentes num país, para transformar as populações locais de passivos recipientes para produtores activos.

Segundo Macucule (2006), são reconhecidos 8 níveis possíveis de participação do cidadão. Para o autor, os níveis de participação do cidadão são categorizados em 3 grandes grupos, sendo i) Degraus de Poder Real de Cidadania, ii) Degraus de assistência Passiva ou Tokenismo, e iii) Degraus de Não-Participação do Cidadão.

Esta escala de participação do cidadão de Arnstein (1969), adaptada e desenvolvida por Matakala (1998), fornece um valioso quadro para se perceber o grau de participação da comunidade na tomada de decisão na gestão de recursos naturais no nosso país.

- Para Macucule (2006) os dois primeiros níveis de não-participação "manipulação e terapia", representam a não participação, entretanto, no primeiro caso os indivíduos são deliberadamente incutidos pelos detentores de poder a acreditar que a sua opinião conta ou é importante; e no último caso, os indivíduos são vistos como problema e os

detentores do poder endereçam os problemas através de soluções terapêuticas que resolvem os problemas em si.

- Os níveis seguintes (3, 4 e 5) envolvem degraus de assistência passiva ou rituais de “cortinar a janela”. No nível 3 (informando), os cidadãos são informados das decisões tomadas pelos detentores do poder. No nível 4 (Consulta), os cidadãos são consultados pelos homens do poder antes da tomada de decisões. Todavia, se as opiniões dos cidadãos não se transmitem em acções. No nível 5 (Pacificação), os cidadãos são realmente envolvidos na tomada de decisão.
- Os níveis 6, 7, e 8 representam os graus do real poder de cidadania na tomada de decisões. No nível 6 (Parceria), os cidadãos compartilham de igual modo as responsabilidades de tomada de decisão com os homens do poder. No nível 7 (Delegação de Poder), os cidadãos são delegados poderes de tomada de decisão sob direcção de uma agência governamental relevante. No nível 8 (Controle pelo Cidadão), os poderes de tomada de decisão são completamente devolvidos aos níveis locais.

2.3. Maneio Comunitário de Recursos Naturais

Segundo Dista e Nhancale (2009), MCRN pode ser definido como sendo:

"Controlo e uso dos recursos junto dos povoados pelas comunidades locais para o seu próprio benefício e sustentabilidade dos recursos a longo tempo".

Por sua vez, António (2001) entende que o maneio de recursos naturais é um conjunto de medidas de gestão dos recursos numa perspectiva de utilização permanente dos recursos existentes tendo em vista a sua conservação e desenvolvimento.

E por fim, Macucule (2006) define o MCRN como um mecanismo através do qual as comunidades locais têm a oportunidade de participar activamente na gestão sustentável dos recursos naturais em seu benefício, o que eleva a sua responsabilidade em relação ao uso desses recursos.

A existência de uma comunidade em redor de um recurso natural constitui duas ferramentas fundamentais para iniciar um maneio comunitário (Siteo, Guedes e Siteo, 2007). Esta condição proposta pelos autores não se distancia da realidade do local de estudo uma vez que a comunidade de Gengo está localizada na zona periférica da reserva especial de Maputo.

Assim, MCRN é um conjunto de acções de gestão permanente dos recursos naturais existentes numa determinada área onde a comunidade participa de forma activa no processo de exploração desses mesmos recursos com vista a garantir a sustentabilidade e o melhoramento das suas condições de vida.

Entretanto, Dista e Nhancale (2009) destacam os principais objectivos do manejo comunitário, nomeadamente:

- ✓ Permitir maior participação das comunidades locais no manejo e uso sustentável dos recursos naturais, assim como dos seus benefícios;
- ✓ Promover a utilização sustentável dos recursos pelas comunidades locais;
- ✓ Reduzir os actuais conflitos e os que possam advir da conservação, através da integração do desenvolvimento local no manejo dos recursos, assim como da criação dos benefícios locais;
- ✓ Melhorar o nível de vida das comunidades rurais através do uso sustentável dos recursos naturais

2.4. Organização Comunitária para o MCRN

Segundo Amaral e Neto (2005) a organização comunitária é um factor-chave para consolidação de iniciativas de MCRN. A participação efectiva das comunidades em todas as fases e a apropriação dos processos pelos beneficiados são apontadas como condições básicas para que o MCRN possa ter bons resultados a longo prazo. Assim, existem diversas modalidades de organização da comunidade as quais são descritas por Macucule (2005) e Nhantumbo e Mcqueen (2003) nomeadamente:

- a) *Conselho de Gestão Participativa (COGEP)* - O COGEP deve operar ao nível do distrito e funcionar como uma entidade que facilita a planificação estratégica e coordena a sua implementação ao nível distrital. Como previsto na lei (Regulamento de Florestas e Fauna Bravia) a composição tem que ser multi-sectorial sendo, constituído por número igual de categorias seguintes: governo/autoridades locais, sector privado, ONG's e representantes das comunidades.
- b) *Comité de Gestão Comunitária (CGC)* - O CGC é um órgão dentro dos limites físicos definidos pela comunidade e é constituído unicamente por membros da comunidade. O seu papel consiste na operacionalização prática dos direitos e obrigações da comunidade com relação aos recursos naturais. Isto significa que o CGC vai gerir o

processo de delimitação, avaliação dos recursos, desenvolvimento dum plano do uso dos mesmos, a organização da comunidade em grupos de interesse para exploração de alternativas de geração de receitas, negociação com actores externos e fiscalização local.

- c) *Associações*- com vista a facilitar intervenções no âmbito do desenvolvimento rural têm sido estabelecidos vários agrupamentos com fim de exploração e processamento dos recursos naturais, sobretudo a agricultura. A participação dos vários segmentos da comunidade no maneio comunitário e o uso do potencial humano local e seu interesse têm sido assegurados através da formação de grupos de interesse que não são entidades jurídicas mas que podem adquirir tal estatuto caso seja desejável e vantajoso.
- d) *Grupos de Interesse* – segundo Macucule (2005) são membros da comunidade que possuem interesses comuns na gestão de recursos. Exemplos disso, são os produtores de carvão, apicultores, carpinteiros, entre outros. O seu objectivo é defender os interesses específicos do grupo e planificar e executar acções de utilização e conservação de recursos. Os grupos de interesse fazem parte de todos os utentes dos recursos.

Finalmente, refere ainda Macucule (2005) que a coexistência de várias organizações de base, embora tenha a sua vantagem na gestão de recursos, pode degenerar em conflitos de poder e criar confusão na organização da própria comunidade. Deste modo, as estruturas locais devem ser envolvidas e fortalecidas neste processo e não formar-se instituições paralelas e com poderes similares, conflitantes ou inacabados.

2.5. Actividades desenvolvidas no MCRN

Para Queiroz (2005) a participação comunitária no MCRN deve acontecer em vários níveis e sob várias formas, nomeadamente:

- ✓ Por meio da agregação do conhecimento das comunidades ao científico;
- ✓ Por meio do envolvimento das comunidades em todas as etapas de execução das actividades;

Na determinação a priori de que a comunidade tradicional tem prioridade na apropriação dos recursos naturais e na participação dos benefícios gerados pelo recurso tido como alvo do maneio. Não obstante, o autor sustenta que este envolvimento pode também ser observado

por meio do poder de decisão que as comunidades possuem sobre a gestão dos seus recursos e todo esse processo participativo é baseado num sistema de capacitação e fortalecimento de lideranças locais, que é realizado através de oficinas de cidadania, cursos de capacitação de liderança e de intercâmbios com outras áreas e instituições para partilha de experiências.

Segundo Queiroz e Peralta (1994), uma das principais formas do exercício do MCRN é o fórum comunitário e suas lideranças, onde são tomadas as principais decisões referentes ao MCRN. Neste âmbito, pode-se citar as reuniões de sector que reúnem grupos de comunidades onde são tomadas referentes ao manejo dos recursos especificamente daquele sector. Cada comunidade possui sua estrutura de organização política para a tomada de decisão, por vezes essa estrutura é formalizada através de uma associação de moradores e em outras vezes essa estrutura é mais informal.

2.6. Impacto do programa de Maneio para a Comunidade

Segundo Tánago e Bower (2010), a finalidade de qualquer programa de manejo é conseguir que os recursos naturais forneçam continuamente benefícios económicos, ecológicos e sociais, mediante um planeamento mínimo para o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. No contexto moçambicano o objectivo geral do manejo dos recursos naturais estabelecido pela Lei de Florestas e Fauna Bravia é descrito da seguinte maneira segundo Siteo e Bila (2008) "*... proteger, conservar, desenvolver e utilizar de forma racional e sustentável os recursos florestais e faunísticos, para o benefício económico, social e ecológico da actual e futuras gerações de moçambicanos...*". Tendo em conta os três pilares da sustentabilidade para os quais o manejo comunitário de recursos deve atender, Aquino, Lima e Silva (2011) apresentam alguns dos impactos positivos observados na comunidade do Acre (Brasil) resultantes de um programa de manejo comunitário dos recursos naturais:

- a) *Na vertente económica* – tem se verificado maior renda e melhores padrões de qualidade de vida nas famílias que participam no manejo em relação às que não participam. Verificou-se que as famílias que participam no manejo tem uma renda de 102,16% superior as famílias que não participam no manejo florestal.
- b) *Na vertente social* – o principal aspecto social que o manejo tem favorecido é o fortalecimento das organizações comunitárias e os consequentes benefícios através de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, o que tem se materializado em acções de melhoria na oferta de serviços de saúde e educação. Além do fortalecimento da representação política que tem se traduzido na efectivação de

políticas públicas para o fomento das comunidades e do manejo florestal na Amazônia, como o caso do ProManejo que é resultado da demanda dessas comunidades por apoio governamental e tem sido um instrumento básico na concessão de incentivos financeiros para fortalecer as comunidades que já estão organizadas em torno do manejo comunitário e incentivar novos projectos em outras comunidades tradicionais.

- c) *Na vertente ecológica* – pode-se seguramente afirmar que este é o principal ponto forte do manejo comunitário dos recursos naturais, se comparado à exploração maderreira convencional, uma vez que este tem proporcionado a redução dos impactos negativos da exploração maderreira sobre a floresta, isso materializado na redução dos desperdícios de madeira, na redução do tamanho da área desmatada, na redução dos incêndios florestais e no menor número de árvores danificadas.

De acordo com as fontes da Reserva, os programas de manejo existentes em Guengo visam desviar as atenções da comunidade na exploração dos recursos naturais promovendo a participação da comunidade na busca de melhores condições de vida e a posterior erradicação da pobreza a nível local.

CAPITULO 3 – METODOLOGIA

3.1. Descrição do local de estudo

A comunidade de Guengo está localizada no Posto Administrativo de Zitundo, Distrito de Matutuíne, nas proximidades da entrada Sul da REM (ver figura 1). Esta comunidade está situada numa zona tampão da REM e conta com uma população maioritariamente dedicada a actividade pecuária com regime sazonal.



Figura 1. Mapa do Roteiro Turístico da REM, o qual ilustra a comunidade de Guengo
Fonte: REM (2017).

3.2. Abordagem Metodológica

De modo a operacionalizar os objectivos enunciados anteriormente, o trabalho desenvolveu uma linha orientadora sob ponto de vista do tratamento de dados a abordagem qualitativa porque esta abordagem prioriza as opiniões e percepções dos entrevistados face a um determinado assunto. Mutimucuiu (2008) refere ainda que nesta abordagem se analisam as informações procurando interpretar a subjectividade do sujeito em relação as respostas dadas e a partir dos fenómenos observados.

A escolha pela abordagem qualitativa teve o seu fundamento da orientação de Minayo (1993) segunda a qual esta permite a compreensão de uma realidade específica, fundamentada em dados empíricos através das técnicas de entrevistas e de observação. Cuco (2002) sustenta que esta abordagem metodológica enfatiza as particularidades de certas situações e o seu significado para o grupo pesquisado.

3.3. Amostragem

O estudo foi baseado na amostragem não probabilística por conveniência. A escolha por este tipo de amostragem deveu-se ao facto do pesquisador não conhecer o seu público-alvo fazendo com que o mesmo selecciona-se certos elementos por acreditar que estes lhe forneceriam as informações para o estudo. Neste contexto, Gil (2008), reitera que neste tipo de amostragem o pesquisador selecciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma representar o universo. Assim, foram entrevistados 18 indivíduos dos quais 4 pertencem as estruturas locais nomeadamente o régulo, o secretário do bairro, o representante da associação dos agricultores e o representante da associação dos apicultores.

3.4. Técnicas de recolha e análise de dados

3.4.1. Técnicas de recolha de dados

De modo a tornar possível a recolha de dados, a pesquisa teve suporte na observação simples e entrevistas estruturadas, as quais foram aplicadas em duas etapas descritas a seguir:

1ª Etapa: Realização da observação simples – não participante

No local da pesquisa, o pesquisador observou as actividades desenvolvidas diariamente pelos membros da comunidade, com particular destaque para monitoria das colmeias comunitárias, venda do mel, preparação do campo de cultivo e acesso de água potável (ver apêndice B).

2ª Etapa: Aplicação da entrevista estruturada

As entrevistas estruturadas foram aplicadas de modo a garantir que os entrevistados respondessem as perguntas feitas sem perder de vista o assunto. Deste modo, de maneira geral, foram questionados sobre a caracterização da comunidade, as actividades desenvolvidas e os impactos dos programas para comunidade (ver apêndice A – roteiro de entrevista estruturada).

3.4.2. Técnicas de análise de dados

Para Gil (2008), a análise de dados tem como objectivo organizar e sumarizar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Este processo envolve diferentes procedimentos tais como a codificação das respostas, tabulação dos dados, cálculos estatísticos e a interpretação dos dados (Gil, 2008).

Tratando-se de um estudo cujos instrumentos de recolha de dados serão entrevistas estruturadas e observação simples, o processo de análise de dados das informações colhidas das entrevistas envolveu a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) em que a mesma perfaz-se dos seguintes passos referidos também por Silva et al. (2013):

- ✓ **Pré-análise** – nesta fase organizou-se o material a ser analisado, sistematizou-se as ideias iniciais;
- ✓ **Exploração do material** – aqui, agrupou-se as respostas dos entrevistados em função das características em comum;
- ✓ **Tratamento dos resultados, inferência e interpretação** – nesta etapa, efectuou-se o levantamento da informação importante a ser analisada no trabalho e através de uma análise exaustiva, reflexiva e crítica foi possível obter interpretações em relação aos dados.

3.5. Questões éticas

As entrevistas foram antecedidas de anuência dos entrevistados, de tal modo que, nos casos de indisponibilidade e falta de interesse por parte do grupo-alvo foi tomada em consideração a questão do respeito ao posicionamento.

Ao longo do processo de aplicação das entrevistas, os entrevistados foram informados acerca das razões que determinaram a realização do estudo e da importância das respostas para atingir os objectivos do mesmo.

De igual modo, os entrevistados foram informados previamente sobre a garantia do anonimato no tratamento dos dados disponibilizados, assim como da observância de confidencialidade de toda informação recolhida no âmbito do estudo.

3.6. Limitações do estudo

O estudo teve como principais limitações as seguintes:

- ✓ A falta de publicações documentais dos projectos implementados no local de estudo tendo o pesquisador recorrido a informações secundárias tais como fontes orais e alguns documentos com informações complementares;
- ✓ A dificuldade de interacção na língua local com alguns entrevistados onde para superar esta limitação, o pesquisador socorreu-se do auxílio de intérpretes;

CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados do estudo. Os dados estão apresentados de forma organizada de acordo com os objectivos que visam satisfazer e sempre que necessário faz-se referência aos dados brutos anexados. A discussão foi feita com base numa análise comparativa entre os dados obtidos e a revisão bibliográfica.

4.1. Caracterização da organização da comunidade de Guengo

De acordo com os dados obtidos, 10 indivíduos responderam que a sua actividade laboral é a pastagem de gado e os restantes 8 dedicam-se a prática da agricultura. Essas actividades perfazem o dia-a-dia da comunidade e geram renda para as famílias pertencentes a esta comunidade, entretanto, o modo como essas actividades são desenvolvidas causam alguns impactos sobre o meio natural, nomeadamente o empobrecimento do solo por via das queimadas e perda da vegetação devido ao abate das árvores para abertura de campos para cultivo e pastagem do gado. Com base nesses impactos a REM implementou projectos de MCRN onde ofereceu-lhes actividades alternativas tais como apicultura, agricultura de conservação e abastecimento de água.

Entretanto, para envolver a comunidade nestes projectos foram criadas três associações em cada uma delas é representada por um dos membros da comunidade e estes prestam relatórios das actividades ao líder comunitário, a quem serve de intermediário nas reuniões efectuadas pelas instituições que financiam os projectos implementados a nível da comunidade tais como a Reserva Especial de Maputo, Peace Park Foundation, etc.

No que diz respeito a filiação dos membros da comunidade as associações comunitárias acima descritas, os dados mostram que boa parte da comunidade não está filiada a nenhuma das associações existentes na comunidade.

Os dados obtidos com base nas entrevistas e na observação ilustram que na comunidade de Guengo desenvolve-se as principais actividades de manejo comunitário: apicultura, a agricultura de conservação e o abastecimento de água.

- i) **Apicultura** – Esta actividade de acordo com as fontes da REM tem como principal objectivo garantir que a comunidade não derrube a vegetação e ao mesmo tempo fornecer mel para que as comunidades possam vender e deste modo obter uma fonte de sustento. A tutela é feita por um membro da comunidade o qual representa a associação dos produtores de mel e coordena o processo de

produção e venda em benefício da comunidade assim como monitora as colmeias comunitárias. Entretanto, alguns técnicos de campo da REM têm auxiliado o processo de produção do mel com base em acompanhamento permanente desta actividade.

- ii) **Agricultura de conservação** – Este projecto segundo as fontes da reserva tem como objectivo evitar a degradação dos solos, garantir a produtividade, evitar as queimadas (uma vez que a comunidade pratica a agricultura itinerante) e por fim garantir que novos espaços não sejam abertos dentro da reserva para a agricultura. A mesma é tutelada por um membro da comunidade e actualmente o projecto encontra-se na fase embrionária porque está sendo preparado o campo de cultivo onde cada membro da comunidade filiada segundo as regras estabelecidas pela comunidade tem direito a uma parcela para cultivo de hortícolas e demais culturas.
- iii) **Abastecimento de água** – Este projecto tem como objectivo garantir o acesso de água as famílias visto que estas além de percorrer longas distâncias até ao Rio Futi este curso de água apresenta longo período de estiagem. O projecto é financiado pela Reserva Especial de Maputo, tem como parceiros a PPF, ComOn Foundation, Fundação Joaquim Chissano e MozBio (ver figuras 2 e 3).



Figure 2. Tanques de abastecimento de água para consumo domiciliar



Figure 3. Reservatório para irrigação do campo de cultivo

4.1.2. Actividades desenvolvidas na comunidade

Questionados sobre a existência de algum projecto de desenvolvimento na comunidade, os entrevistados tiveram respostas divergentes onde, 14 afirmaram existir projectos e os restantes 4 afirmaram não ter conhecimento. Neste caso, a maioria referiu que os projectos de desenvolvimento tratam-se essencialmente de apicultura (ver figura 4), agricultura e abastecimento de água.



Figure 4. Vista geral das colmeias comunitárias

Sobre quem está envolvido nos projectos, os entrevistados responderam de forma unânime que a REM, alguns membros da comunidade com particular destaque para o régulo e o secretário estão envolvidos.

Nesta sequência, com base na observação foi possível apurar que a comunidade de Guengo é predominante as reuniões informais as quais são dirigidas pelas autoridades comunitárias com vista a abordar assuntos de interesse colectivo, geralmente com carácter informativo e unilateral. Estas reuniões são convocadas por meio de indivíduos indicados pelo régulo e o secretário do bairro onde os informantes passam de casa em casa convocando os chefes de famílias geralmente constituídos por mulheres visto que os homens na sua maior parte emigraram para a África de Sul em busca de melhores condições de vida.

A priori, as reuniões são realizadas num dia da semana específico pese embora que em algumas circunstâncias podem ser convocadas de forma extraordinária e isto pode de certa forma contribuir para a baixa afluência dos indivíduos nas reuniões devido a ocupações

rotineiras as quais são a base do seu sustento. De referir que é com base nas reuniões informais que é feita a gestão dos actividades de maneio acima descritas.

4.1.3. Impacto dos programas de MCRN para a Comunidade

Perguntados sobre o que tem mudado na comunidade, os entrevistados responderam de forma unânime que não tem se registado mudanças significativas na comunidade pois os projectos encontram-se na fase embrionária. De referir que o acesso aos benefícios dos projectos é extensivo a nível individual pois os entrevistados concordam que ainda não se beneficiam dos resultados dos projectos.

Questionados sobre os aspectos negativos, os entrevistados fizeram menção da invasão dos elefantes as áreas de cultivo das famílias, para estes, está situação tem causado perdas significativas do excedente produzido pelas famílias e tem atemorizado os indivíduos porque quando tentam afugentá-los estes animais viram-se contra eles. Associado a isto, os entrevistados referiram que a 4 anos não têm acesso à taxa dos 20% referentes a taxa de visitas efectuadas pelos turistas na Reserva Especial de Maputo visto que esta comunidade esta localizada na zona tampão da Reserva e estes assumem que reconhecem o seu direito de uso desta taxa.

Ademais, no que diz respeito àquilo que gostariam que melhorasse, estes convergindo responderam que gostariam que houvesse expansão da rede de abastecimento de água para as áreas mais adentro da comunidade, gostariam também que a REM reforçasse o cerco para proteger a comunidade da invasão dos elefantes e por fim, responderam que gostariam que os projectos pudessem melhorar e promover a instalação de infra-estruturas sociais tais como centros de saúde, escolas e um centro comercial.

4.2. Discussão de dados

Conforme os dados, constata-se que a comunidade de Guengo é uma comunidade tradicional dedicada a actividade agropecuária tal como refere Cossa (2004) pois para o autor, é característica das comunidades tradicionais sobreviver através de recursos naturais e a agropecuária. O autor, também refere que essas actividades geram sérios problemas de destruição do meio ambiente, incluindo a vegetação, terra bem como dos recursos faunísticos. Nessa ordem de ideia, os problemas citados pelo autor são equiparados aos existentes na comunidade de Guengo aquando da prática da actividade agropecuária razão pela qual, a

REM introduziu programas de MCRN com vista a reduzir a pressão que estes exerciam sobre as componentes ambientes afectadas pela actividade.

Havendo projectos MCRN pressupõe-se que a comunidade esteja organizada para participar dos mesmos, deste modo, os dados dão conta que a comunidade de Guengo está organizada em três associações tal como prevê o Regulamento de Florestas e Fauna Bravia apontado por Magalhães (2014). Esta organização tem como objectivo a participação dos indivíduos nos projectos comunitários os quais são apresentados como uma proposta para diversificar e melhorar o rendimento das famílias e deste modo assegurar o alívio da pobreza a nível da comunidade tal como afirma Pereira (2002). Contudo, essas associações ainda não estão formalizadas, facto este que tem trazido alguns constrangimentos no processo de canalização da taxa dos 20% regulamentados pelo Diploma Ministerial 93/2005 de 4 de Maio e a LFFB. Associado a isto, Pereira (2005) sustenta que para que as comunidades acedam aos 20% da taxa de exploração florestal e faunísticas Pereira (2005) sustenta que, estas devem ser representadas por um comité de gestão local, registar na Administração do Distrito ou Posto Administrativo o comité formado, abrir uma conta em nome da comunidade e apresentar publicamente relatório de actividades realizadas e contas, e no caso de inexistência de uma instituição bancária ao nível do distrito, Nhantunmbo e Mcqueen (2002) afirmam que torna-se responsabilidade das autoridades administrativas representadas no COGEP organizar e facilitar o acesso aos serviços financeiros. Entretanto, este leque de requisitos preconizados pelo Diploma Ministerial 93/2005 de 4 de Maio não foram cumpridos pelas associações existentes na comunidade e não só, como também não existe na comunidade um COGEP, daí que tem havido alguns constrangimentos no processo de canalização da taxa dos 20% a comunidade.

No que se refere a filiação dos indivíduos as associações, observa-se que boa parte (10 dos 18 entrevistados) dos indivíduos não estão filiados as associações comunitárias devido a factores como sazonalidade na comunidade e rendimento individual e familiar baixos. Neste caso, os dados corroboram com Matos e Medeiros (2011), ao afirmar que geralmente nas comunidades rurais o interesse pela participação das comunidades em programas de MCRN por meio das associações é influenciado pelo rendimento individual e familiar que é baixo e pela mobilidade da população na área que motiva o deslocamento dos indivíduos para outras áreas em busca de melhores condições de vida.

Relativamente a cerca da existência de projecto de desenvolvimento, foi possível apurar que a maioria dos indivíduos tem conhecimento pese embora que nem todos estão envolvidos devido a alguns factores tais como a sazonalidade e a baixa renda familiar (*vide supra*, paragrafo 3).

Ademais, com relação as actividades desenvolvidas na comunidade, observou-se a prática das reuniões informais onde os agentes de campo da REM reúnem-se com a comunidade e informam-nos sobre as directrizes a serem seguidas para a execução dos projectos comunitários. Observa-se aqui, a comunicação unilateral entre os que detêm o poder e os que não detêm e esta situação à luz da Escada de Participação do Cidadão de Arnstein (1969) enquadra-se no terceiro nível (Informação) pertencente ao Degrau de Assistência Passiva ou Tokenismo.

Os dados sobre as mudanças na comunidade resultante da introdução de projectos de MCRN reafirmam que ainda não tem-se registado mudanças na comunidade porque os projectos ainda não começaram a surtir resultados desejados pelo facto de estarem na fase embrionária.

Não obstante, a comunidade fez menção de aspectos negativos como o caso da invasão dos elefantes nas suas áreas de cultivo; esta problemática é descrita por Cuco (2001) como um fenómeno que vem se arrastando especialmente desde os primórdios da prática agricultura e, tal como causa principal a disputa de espaços e recursos para a sobrevivência. Constatou-se também que o acesso ao benefício da taxa dose 20% da actividade turística da REM pela comunidade é condicionado pela sua própria organização a qual não favorece que as mesmas tenham acesso a essa taxa.

E por fim, os dados evidenciam que a comunidade gostaria que houvesse mudanças referentes ao melhoramento e expansão das redes de abastecimento de água potável, construção de centros de saúde e centros comerciais. Aliado a isto, Siteo et al. (2007) referem que dos programas de MCRN podem-se verificar benefícios sociais tangíveis como o caso de restauração e construção de infra-estruturas de abastecimento de água, benefício este que é observável na comunidade em questão.

4.2.1. Plano de Educação Ambiental

Das situações acima descritas como constrangimentos do processo de participação da comunidade de Guengo, destaca-se a apropriação dos programas de manejo pela comunidade, facto este que motivou a elaboração de um plano de educação ambiental dirigido a comunidade com vista a sensibilizá-los para assegurar a apropriação por parte dos mesmos.

Tema da instrução	Envolvimento da comunidade no manejo dos recursos naturais
Problema instrucional	Os residentes da comunidade de Guengo estão envolvidos e participam nos programas de manejo comunitário, entretanto, estes ainda não se apropriaram dos mesmos e este facto tem contribuído significativamente para que a sua participação seja meramente passiva.
Tipo de Educação	A presente instrução será desenvolvida com base na Educação Ambiental Não-Formal. Este tipo de Educação é definida por Cascais e Téran (2014) como sendo aquela que proporciona a aprendizagem de conteúdos de escolarização formal e espaços fora do ambiente escolar mas que ocorrem de forma bem direccionada e com objectivo bem definido. Neste âmbito, a EA não-formal será materializada por meio de transmissão de conteúdos programáticos abaixo descritos (<i>vide infra</i>).
Objectivo da instrução	Geral ✓ Sensibilizar a comunidade de Guengo para que se apropriem dos programas comunitários de manejo de recursos naturais.
	Específicos ✓ Descrever os benefícios do MCRN; ✓ Explicar as vantagens da participação da comunidade no MCRN;

	✓ Descrever os impactos no desenvolvimento da comunidade.
Abordagem pedagógica da instrução	A instrução irá beneficiar da abordagem pedagógica moderna alicerçada da teoria de construtivista de ensino-aprendizagem. Esta abordagem refere que o professor (instrutor) é um facilitador e estimulador no processo de aprendizagem, sendo que o aluno, o sujeito em aprendizagem, tem a autonomia de construir o seu próprio conhecimento sob orientação (Libâneo, 2002). Contudo, atendendo ao baixo nível de escolaridade nesta comunidade, os aprendizes poderão manifestar dificuldade na construção do seu próprio conhecimento com base no suporte dado pelo instrutor.
Estratégia de ensino	A instrução irá basear-se na mesa redonda como estratégia de ensino e aprendizagem. <ul style="list-style-type: none"> • Para Dutra e Oliveira (s/d) a mesa redonda, utilizada como estratégia, cria um espaço educativo onde o aluno tem a oportunidade de vivenciar, pensar, dialogar e se expressar criticamente. <p>A Mesa Redonda se apresenta como uma estratégia que oportuniza a aprendizagem autônoma, pois no processo o aluno desenvolve autonomia no acto de aprender. A estratégia também favorece a aprendizagem significativa, pois o conhecimento novo é incorporado ao conhecimento prévio, ao relacionar os conhecimentos, a aprendizagem se torna significativa.</p>
Materiais de ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Os materiais de ensino a serem utilizados durante a instrução são: projector, tela, flipsharts, marcadores, bloco de notas, esferográficas. • A instrução irá decorrer numa das salas de aulas pertencente a Escola Comunitária de modo a assegurar eventuais contratempos das forças da natureza e não só, como também, para garantir condições de comodidade aos aprendentes.
Conteúdos	Os conteúdos seleccionados para a instrução são os seguintes:

	<ul style="list-style-type: none"> • Maneio Comunitário de Recursos Naturais; • Participação da comunidade • Desenvolvimento rural • Erradicação da pobreza rural
Avaliação do desempenho	Para avaliar o desempenho da instrução, observar-se-á alguns aspectos comportamentais tais como o nível de questionamento e/ou curiosidade, preocupação sobre os projectos comunitários, o nível de interesse em informarem-se mais sobre os projectos e a criatividade.

CAPITULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões

Do estudo realizado conclui-se que a comunidade de Guengo está organizada em 3 associações (p. 15 e 16) pese embora que as mesmas precisam de cumprir alguns requisitos preceitos legais para poderem ser legalmente reconhecidas. No que diz respeito ao envolvimento dos indivíduos nestas associações, conclui-se que boa parte (10 indivíduos) não está filiada devido a sazonalidade e ao rendimento individual baixo.

No entanto, as reuniões informais são comumente patentes na comunidade e estas tendem a ter um carácter unilateral pois os membros da comunidade são receptores passivos da informação que é dada pelos agentes de campo da REM fazendo com que a sua participação no processo de tomada de decisão seja resumida a obtenção de informação. Associado a isto, conclui-se também que a apicultura, abastecimento de água e a agricultura de conservação (embora na fase embrionária) são actividades cujas finalidades são desviar a atenção da comunidade na exploração dos recursos da REM assegurando o bem-estar da comunidade no que concerne a melhoria das condições de vida e a redução da pobreza a nível local.

Relativamente ao impacto dos programas de MCRN para comunidade, foi possível apurar que ainda não tem-se registado mudanças fruto da existência dos projectos na comunidade uma vez que estes encontram-se na sua fase inicial. Relativamente aos aspectos negativos, é de referir que o conflito com os elefantes tem motivado uma fraca adesão a associação dos agricultores pois os indivíduos temem que suas hortícolas sejam destruídas por estes animais. Ademais, o falta de retorno da taxa dos 20% constitui um impacto negativo pois influencia directamente na participação da comunidade.

E por fim, conclui-se também que o Plano de EA constitui-se como uma ferramenta que será útil no reforço da promoção da participação da comunidade nos projectos comunitários, garantindo deste modo a eficiência e eficácia dos mesmos a luz da melhoria das condições de vida dos indivíduos.

5.2. Recomendações

Com base nos resultados e nas conclusões do presente estudo, para que a participação da comunidade de Guengo no Maneio dos Recursos Naturais seja plena e efectiva, recomenda-se:

A comunidade,

- Reforçar a organização no que diz respeito a inclusão de mais membros da comunidade, tendo em conta a abordagem de género;
- Criar condições de abertura de uma conta bancária em nome da comunidade ou das associações existentes de modo que sejam canalizados os valores das taxas de 20% e por último;
- Registar as associações comunitárias no Posto Administrativo do Distrito.

A Administração da Reserva Especial de Maputo,

- Contactar um Educador Ambiental para fazer parte da equipa técnica de campo de modo que assegure que os indivíduos sejam consciencializados sobre a pertinência de participar activamente nas iniciativas de MCRN existentes na comunidade, bem como de incentivá-los a participar nas actividades de fiscalização da REM;
- Definir com clareza os mecanismos de devolução dos benefícios a comunidade tendo em conta a construção de infra-estruturas sociais tais como redes de abastecimento de água no interior, escolas e unidades sanitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral P. e Neto, M. A. (2005). *Manejo florestal comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América Latina*. 2ª Edição. Belém.
- António, A. A. (2001). *Plano de Maneio dos Recursos Naturais da Região de Canda*. 1ª Edição. Beira.
- Aquino, M., Lima, E., e Silva, Z. (2011). *Manejo florestal estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil*. Revista NERA
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cascals, M. & Terán, A. (2014). *Educação formal, informal e não formal na educação em ciências*. Volume 7.
- Chipanga, H. B. (2005). *Envolvimento das comunidades locais na tomada de decisão sobre os recursos florestais. Estudo de caso de Mucombezi, Nhamatanda*. Universidade Eduardo Mondlane
- Cossa, L. J. (2004). *Participação comunitária na gestão de recursos naturais? Estudo de caso: Posto administrativo de Changanane (1945 à actualidade)*. Universidade Eduardo Mondlane
- Cuco, E. S. (2002). *Conflito Homem e Fauna Bravia (CHFB): Caso do Parque Nacional do Limpopo (PNL)*. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo
- Dista, N. e Nhancale, B. A. (2009). *Manejo Comunitário dos Recursos Naturais e Desenvolvimento de Pequenas e Medias Empresas Florestais*. Artigo de discussão
- Dutra, V. & Oliveira, E. (s/d). *Mesa redonda como estratégia de ensino-aprendizagem da contabilidade ambiental*. Disponível em <https://google.com/search?client=ms-opera-mini-android&channel=news&q=estrategias+de+ensino+e+aprendizagem+-+mesa+redonda+pdf&oqs=mobile-gws-lite..>
- Faluço, H. (2016). *Análise do contributo do sistema de gestão ambiental no controlo dos aspectos e impactos ambientais na unidade de vinhos e espirituosas das cervejas de Moçambique*. Universidade Eduardo Mondlane

- FAO (1997). *Medical plants for conservation and health care*. FAO. Roma.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6^a Ed). São Paulo: Atlas
- Gil, A.C. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa* (4^a Ed). São Paulo: Atlas.
- Hachikela, E. (2003). *Community Based natural Resources Management: sustainability Best Practices Selected Case Studies in South Africa*. UICN. Harare.
- Libâneo, J. (2002). *As Teorias Pedagógicas Modernas Revisitadas pelo Debate Contemporâneo na Educação*. Brasil
- Matos, E. A. C. (2011). *A nova abordagem de gestão de áreas de conservação e suas implicações socioespaciais: o caso de Chimanimani no Centro de Moçambique*. Tese de Mestrado apresentada.
- Matos, e. C. e Medeiros, R. V. (2011). *Conservação e Desenvolvimento de Comunidades Tradicionais: O caso de Chimanimani no centro de Moçambique*. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>.
- Macucule, A. (2006). *Introdução à gestão participativa de recursos naturais. União Mundial para Conservação*. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2007). *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E.M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*(5^aed). São Paulo. Atlas.
- Minayo. M. C. (1993). *O desafio do Conhecimento Científico: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- Mushove, P. (2001). *A organização das comunidades nos programas de manejo comunitário dos recursos naturais. Memórias da II Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo*.
- Mussane, G. A. (2002). *Impacto dos Projectos de Desenvolvimento Rural nas Redes Sociais – O caso do Projecto Licuati (Djavula – 1997/2002)*. Universidade Eduardo Mondlane.
- Nhantumbo, I. (2004). *Maneio Comunitário em Moçambique: Evolução e desafios para o futuro*. Maputo.

- Nhantumbo, I., e Macqueen, D. (2002). *Direitos das Comunidades: Realidade ou Retórica?* DNFFB, Maputo.
- Nhazilo, T. F. (2004). *Participação comunitária na gestão dos recursos naturais: o caso do programa Tchuma-tchato em Mágoè*. Universidade Eduardo Mondlane.
- Paulilo, M. S. (S/D). *Participação Comunitária: Uma proposta de avaliação*. Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v1n2_participacao.htm.
- Pereira, C. R. (2002). *Projecto Licuati III: relatório final – experiências e lições*.
- Silva, H., Moura, G., Cunha, D., Figueira, K., Horbe, T., e Gaspar, E. (2013). *Análise de conteúdo: fazendo o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem adoptar a técnica*. Brasília.
- Sitoe, A. A., Guedes, B. S. e Sitoe, S. M. (2007). *Avaliação dos modelos de manejo comunitário de recursos naturais em Moçambique*. Ministério da Agricultura – Direcção Nacional de Terras e Florestas.
- Whande, W., Kepe, T., e Murphree, M. (2003). *Local Communities, Equity and Conservation in Southern Africa*, PLAAS, University of the Western Cape, Bellville.
- Wood, L. (2008). *Community-Based Natural Resource Management: Case Studies from Community Forest Management Projects in Ghana, Mexico, and United States of America*. International Resources Management.



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática

Roteiro de entrevista

Introdução: Estou interessado em avaliar a participação da comunidade Guengo no maneiio dos recursos naturais. Gostaria de lhe fazer algumas perguntas. Por favor, sinta-se livre para responder honesta e abertamente porque isso ajudará muito a minha pesquisa cuja finalidade é unicamente o cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a culminação do curso de Licenciatura em Educação Ambiental na Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane. Asseguro-lhe que o seu nome será mantido em sigilo e esta entrevista é de carácter confidencial.

1. Nome completo (opcional) _____
2. Sexo _____
3. Idade _____

4. Organização da comunidade

- 4.1. A quanto tempo reside nesta comunidade?
- 4.2. O que faz?
- 4.3. Está filiado a alguma associação da comunidade?
- 4.4. Se sim, de que maneira estão organizados?

5. Actividades desenvolvidas na comunidade

- 5.1. Sabe da existência de algum projecto de desenvolvimento na comunidade?
- 5.2. Se sim, de que se trata?
- 5.3. Quem está envolvido?
- 5.4. De que maneira estás envolvido?

6. Impactos do programa para a comunidade

6.1. O que tem mudado na comunidade e porquê?

6.2. Qual é o teu benefício?

6.3. Tem notado algo negativo? Se sim, o que é?

6.4. O que gostarias que melhorasse?

6.5. Gostaria de acrescentar alguma coisa daquilo que foi dito?

Muito obrigado!

Apêndice B



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática

Grelha de observação

Aspectos a observar	Constatações	Comentários
Infra-estruturas comunitárias		
Associações		
Agricultura de conservação		
Colmeias comunitárias		
Fontenárias comunitárias		